

O SABER AMBIENTAL NOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Francisco Correia de Oliveira

Elisabeth Castelo Branco de Souza

Universidade de Fortaleza - UNIFOR

RESUMO:

Este artigo reflete sobre as relações entre meio ambiente e desenvolvimento e sobre os papéis e responsabilidades dos administradores de empresas nas interações das organizações produtivas com o meio ambiente. Apresenta características da formação do profissional em administração de empresas no Brasil relativamente aos problemas ambientais que afetam a sociedade, adotando como pressuposto que esta formação reflete-se na maneira como as empresas gerenciam seus processos produtivos e suas relações com o meio ambiente. Analisou-se a organização curricular dos 193 cursos, em nível de graduação em Administração de Empresas, de distintas instituições de ensino superior brasileiras que auferiram conceitos A e B no exame nacional de cursos, na última edição de 2003, quanto à existência de conteúdos que considerem a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. A análise dos dados apresenta que 76% dos cursos não apresentam esta abordagem. Como possível conclusão, tem-se um paradoxo entre o discurso de governos, mercado e sociedade sobre a sustentabilidade das relações entre desenvolvimento e meio ambiente, e a prática das organizações produtivas, geridas pelos profissionais formados em cursos de Administração de Empresas das instituições de ensino superior brasileiras.

Palavras-chave: Educação ambiental. Cursos de Administração. Gestão ambiental. Administração.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o papel e responsabilidades dos administradores de empresas nas interações das organizações produtivas com o meio ambiente e caracterizar a formação do profissional de administração de empresas apresentando um perfil sobre a existência de conteúdos que abordem a relação meio ambiente e desenvolvimento na organização curricular dos cursos de Administração de Empresas, em nível de graduação, das instituições de nível superior brasileiras. Tem-se como pressuposto que as características da formação profissional dos administradores de empresas refletem-se em suas práticas de gestão ambiental.

O artigo apresenta, além desta Introdução, os seguintes itens: (2) Papéis e responsabilidades dos administradores de empresas: perspectiva ambiental; (3) Gestão ambiental; (4) Saber ambiental; (5) Metodologia; (6) O saber ambiental na formação acadêmica brasileira dos administradores de empresas, seguindo-se das considerações finais.

As mudanças no estilo de vida da sociedade e no modelo de produção e consumo de bens e serviços têm provocado significativos impactos sobre o meio ambiente físico e biológico. A relação do homem com a natureza “é função das relações estabelecidas pelos e entre os homens num dado modo de produção” (MORAES, 1994, p. 75). Nessa perspectiva, a questão ambiental está contextualizada pelo modo de produção e consumo e pela formação econômica e social. Para a produção dos bens e serviços da sociedade contemporânea muitos recursos naturais são consumidos de forma descontrolada e desequilibrada, ocasionando, em muitas situações, a exaustão desses recursos, sem observância das capacidades de suporte e regeneração do meio ambiente, como também, de assimilação, pelos meios naturais, dos resíduos gerados pelas diversas atividades humanas.

Os modelos neoclássicos de desenvolvimento têm no progresso e no crescimento econômico suas principais variáveis. No período de 1945 a 1970, o conceito de desenvolvimento baseia-se na industrialização e no progresso material que conduziria “espontaneamente” à melhoria dos aspectos sociais (VEIGA, 2006, p. 161). O pensamento predominante era de que a mudança econômica experimentada pelos países centrais, que lideraram a revolução industrial, e o padrão alcançado por esses países poderia ser universalizado (CAVALCANTI, 2003), constituindo-se em um “mito do desenvolvimento” e caracterizou como uma idéia mobilizadora das sociedades em desenvolvimento em direção ao estilo de vida criado pelo capitalismo industrial que justificaria o caráter predatório do sistema produtivo e a destruição do meio físico natural (FURTADO, 1974, p. 75).

A década de 1970 foi um período de altas taxas de crescimento econômico no Brasil e o processo de industrialização foi incentivado e suportado pelos governos como símbolo de progresso (CAVALCANTI, 2003). O governo brasileiro declarou-se contra o controle da poluição por representar, segundo ele, um “entrave ao progresso” (VINHA, 2003, p. 173), e articulou a instalação de indústrias no Brasil, com alto potencial poluidor, concentrando-se, a maioria, na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo, cujos resultados foram sentidos dez anos depois de maneira trágica, constituindo-se em uma das cidades mais poluídas do mundo, tornando-se um exemplo emblemático no país (VINHA, 2003). A concentração de empresas multinacionais e companhias industriais brasileiras na cidade de Cubatão gerou concentração populacional de trabalhadores dessas indústrias e de pessoas atraídas pelas oportunidades de negócios. A operação dessas indústrias sem atendimento a padrões ambientais sobre tratamento, estocagem e disposição de lixo tóxico, provocou altos níveis de poluição do ar, dos rios, da vegetação e do solo e afetou a saúde das pessoas cujos níveis de infecção respiratória, taxas de mortalidade infantil e incidência de natimortos e bebês deformados eram substancialmente acima daqueles encontrados nas regiões de entorno. A cidade de Cubatão ficou conhecida como o “vale da morte” (ELLIOTT, 1994, p. 96, tradução própria).

Esse tipo de situação provocada pelo homem, decorrência do desnível de desenvolvimento econômico existente entre os países e da diferença na instituição de padrões ambientais, contribui para estimular as reflexões sobre o processo de industrialização da América Latina e conduz à indagação sobre o potencial de transformação qualitativa desse processo, quanto ao alcance de um tipo de desenvolvimento econômico dinâmico, eficiente, igualmente acessível a todos (SUNKEL, 1973).

Até a metade do século XX, acreditava-se no poder da técnica e da ciência em solucionar todos os problemas humanos. O progresso “iria produzir o melhor e cada vez melhor. Hoje sabemos que não é assim. O milênio que chega está totalmente embarcado na incerteza sobre o porvir” (MORIN, 2000, p. 27-28). “O mercado introduz a humanidade em um futuro incerto e sem precedentes” (LEIS, 2004, p. 28) e, caso os mecanismos de autorregulação de Gaia (LOVELOCK, 1991) sejam rompidos pelos sistemas econômicos, a humanidade poderá estar diante de uma crise estrutural, que corrói a estrutura ambiental do planeta, cujos “horizontes não podem ser previstos [...], não obstante, as perspectivas não são nada otimistas” (SOFFIATI, 2002, p. 50). Para Odum (2004, p. 812), “chegou o momento de o homem administrar tanto a sua própria população como os recursos de que depende, dado que pela primeira vez na sua breve história se encontra perante limitações definitivas e não puramente locais”.

A destruição ecológica, a depleção dos recursos ambientais, a baixa qualidade de vida da maioria da população mundial sinaliza para os limites da racionalidade econômica da civilização moderna. A lógica do crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de dois terços da humanidade e a utilização em larga escala dos recursos naturais, levou à exaustão de sistemas vitais e à ameaça ao equilíbrio ambiental (LEFF, 2001). A crise

ecológica evidencia “o drama de toda civilização” (LEIS; D’AMATO, 2003, p. 78), consequência do modelo civilizatório que exacerbou a dualidade temporal entre a permanência do planeta Terra e a transitoriedade da sociedade, denominada de “dualidade Terra-Mundo” (LEIS; D’AMATO, 2003, p. 78; LEIS; D’AMATO, 2005, p. 2). A crise ecológica é a crise da razão econômica dominante, voltada a fins, subjetiva, condicionada a interesses de cunho coletivo, em determinados espaço e tempo, decorrência da lógica de acumulação do atual modelo de desenvolvimento econômico-social e do padrão científico e tecnológico (BOFF, 2004; LAYRARGUES, 2000; LEFF, 1994; LIMA, 2004).

A racionalidade econômica fundada no capitalismo, nas grandes instituições, no lucro em curto prazo, no industrialismo, no consumismo, no individualismo, na competição, constituem um processo civilizatório, alicerçado pelo domínio do homem sobre a natureza, que orienta a humanidade em direção à crise ambiental, cujo equacionamento requer mudanças estruturais no âmbito da sociedade (BOFF, 2004; LAYRARGUES, 2000, 2003; LEFF, 1994, 2001; LEIS, 2004; LEIS; D’AMATO, 2003, 2005; LIMA, 2004).

2. PAPEIS E RESPONSABILIDADES DOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS: PERSPECTIVA AMBIENTAL

As questões ambientais têm ocupado cada vez mais espaço em todos os domínios, seja na academia, nas empresas, nas várias instâncias de governo e, notadamente, na sociedade civil. A incorporação da perspectiva ambiental ao discurso empresarial parece revelar-se na criação, em 1995, do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development*) (WBCSD, 1999) e pela disseminação da idéia de que o progresso da civilização humana e a concretização da visão de desenvolvimento sustentável estão relacionados à conjugação de dois fatores: a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento empresarial bem sucedido (SCHMIDHEINY, 1992).

Encontros mundiais são realizados, a partir da década de 1970, para discussão de ações de proteção ambiental, destacando-se a Conferência de Estocolmo (1972) que representou “o primeiro alerta para o mundo dos graves riscos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento vigente” (VINHA, 2003), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de elaborar estratégias capazes de interromper e reverter os efeitos da degradação ambiental, promovendo o desenvolvimento em bases sustentáveis, num ambiente saudável, em todos os países. Esta conferência representou o marco de apoio à sustentabilidade ambiental, oriundo de várias áreas do conhecimento, de instâncias governamentais e da sociedade civil. Foi a partir desta conferência que o setor produtivo viu-se chamado, pelas pressões sociais, a apresentar respostas consistentes ao problema, uma vez que ficara evidente sua ampla responsabilidade.

Os debates mundiais, estudos e alertas dos pesquisadores não têm sido suficientes para desencadear um processo abrangente de mudança estrutural do estilo de vida da sociedade, mas, diferentes iniciativas vêm sendo adotadas em âmbito internacional e no âmbito interno dos países tais como: instituição de leis de proteção ambiental, de normas internacionais, de pactos globais, o que parece estar conscientizando a sociedade sobre os limites da relação homem / natureza e sobre a importância de preservação e conservação ambiental, o que se observa pela ocorrência de algumas mudanças, ainda que limitadas no tempo e no espaço, na forma de funcionamento das organizações e no aperfeiçoamento dos processos produtivos por meio da redução do uso de matérias-primas, dos desperdícios, da geração de resíduos, do uso de energia; a reutilização e a reciclagem dos resíduos, dentre outros.

A cada setor da sociedade impõe-se o desafio de mudança em relação ao tratamento das questões relacionadas à alocação e manejo dos recursos naturais. As empresas, por sua representatividade socioeconômica, pelo poder econômico que detém, pelas competências técnicas de que dispõem, e por constituírem-se estruturas mais ágeis e flexíveis do que outras organizações como governos e universidades, podem contribuir para o agravamento ou a superação dos problemas ambientais provocados pelas atividades humanas e diretamente relacionados aos modos de produção e consumo da sociedade. As empresas, devido ao poder econômico que detém e às competências técnicas de que dispõem, têm potencial para assumir papel de liderança nas transformações sociais, provando que podem contribuir com um “modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável” (VERGARA; BRANCO, 2001, p. 22).

A consideração dos aspectos relacionados ao meio ambiente, por parte do mercado, ao tempo em que amplia o papel das empresas, importantes agentes econômicos, para além de produtoras de bens ou serviços, e introduz outras posturas e valores a serem observados na consecução do lucro. As empresas que protegem o meio ambiente são, cada vez mais, valorizadas pelo consumidor e por investidores. E, “felizmente, cada vez mais empresas compreendem que o custo financeiro de reduzir o passivo ambiental e administrar conflitos sociais pode ser mais alto do que o custo de ‘fazer a coisa certa’ ” (VINHA, 2003, p. 174).

A solução ou minimização dos problemas ambientais requer uma mudança de atitude dos empresários e administradores de empresas, que abandonando a posição de fontes de problemas ambientais, alcançariam a de provedores de soluções. Dificilmente essa mudança ocorre de maneira espontânea e harmoniosa, sendo dirigida pela interação recíproca de forças externas e de intensidades diversificadas oriundas da sociedade, do governo e do mercado. A existência de pressões do governo, sociedade e mercado são determinantes para ampliar a atenção das empresas às questões relacionadas ao meio ambiente. A ordem e a natureza das pressões recíprocas exercidas pelo mercado junto às empresas, governo e sociedade repercutem sobre a competitividade empresarial, constituindo-se em oportunidades ou ameaças ao crescimento das empresas (BARBIERI, 2004). Segundo Vinha (2003, p. 176), “o processo de internalização do conceito de desenvolvimento sustentável não evoluiu da mesma forma em todos os setores industriais e em firmas de todos os portes”. As indústrias vêm procurando reduzir os efeitos negativos de suas operações, as chamadas externalidades, de maneira e intensidade diferenciadas entre países e setores produtivos, diretamente relacionadas à interação dos *stakeholders*, à pressão dos movimentos ambientalistas e às regulamentações ambientais impostas pelos governos. A transição entre a postura empresarial reativa, característica da década de 1970, período em que se argumentava a “incompatibilidade entre a responsabilidade ambiental da empresa e a maximização de lucros e entre a política ambiental e o crescimento da atividade econômica de um país” e a postura empresarial dirigida pela responsabilidade ambiental estabelecida como regra, ainda não é realidade, mesmo nos países desenvolvidos, onde as empresas nem sempre incorporam a responsabilidade com o meio ambiente em suas estratégias, que são orientadas, na maioria das vezes, por aspectos condizentes a custos e mercado (MAIMON, 2003, p. 400).

3 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental objetiva ordenar as atividades humanas para que seus impactos sobre o meio sejam minimizados. Apresenta caráter multidisciplinar, em face de envolver distintas variáveis que interagem simultaneamente, requerendo uma visão do todo, compreensão global dos problemas e tratamento integrado das partes (SOUZA, 2000). A gestão ambiental requer “uma visão sistêmica, global, abrangente e holística” (ANDRADE;

TACHIZAWA; CARVALHO, 2000, p. 89), que possibilita o conhecimento das inter-relações entre recursos captados e valores obtidos.

A gestão ambiental atua preventivamente em todo processo produtivo e abrange cumprimento da legislação, escolha das técnicas mais adequadas, redução do consumo de recursos naturais, reciclagem de resíduos, reutilização de materiais, alocação de recursos humanos e financeiros, sensibilização dos funcionários e fornecedores, e relacionamento com a comunidade. Em síntese, iniciativas variadas relacionadas à solução de problemas ambientais constituem o que se concebe por gestão ambiental que é entendida como o conjunto de

diretrizes e atividades administrativas e operacionais [...] realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam. [...] A expressão gestão ambiental aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental (BARBIERI, 2004, p. 19-21).

A gestão ambiental presume “uma ação planejadora” (SOUZA, 2000, p. 28) que utiliza um conjunto de métodos para captação e sistematização de informações, visando à racionalização de processos decisórios geradores de modificações na dinâmica de funcionamento de sistemas ambientais. “A gestão pode ser entendida como a prática do planejamento” (SOUZA, 2000, p. 28).

Os programas de gestão ambiental estabelecem as atividades a serem desenvolvidas, a seqüência entre elas, bem como as responsabilidades por sua execução. Abrangem os aspectos ambientais mais importantes e focalizam a melhoria contínua, ampliando-se o escopo de atuação conforme as medidas vão sendo implementadas, apresentando-se dinâmicos e flexíveis para adaptação às mudanças (DONAIRE, 1999). A gestão ambiental apresenta-se como relevante instrumento gerencial de apoio à criação de diferenciais de competitividade para as organizações (TACHIZAWA, 2004).

Shrivastava e Hart (1998) identificaram quatro forças principais de motivação para a implementação da gestão ambiental:

- atividade política internacional dirigida à regulamentação ambiental e legislação mais rigorosa chamam a atenção dos distintos grupos sociais para os problemas ambientais;
- pressão da sociedade e valorização das organizações ambientalmente corretas;
- ética no relacionamento com os bens da natureza e ética intra e inter geracional em defesa dos direitos das gerações atuais e futuras a um meio ambiente saudável;
- conscientização do vínculo existente entre problemas ambientais e questões de desenvolvimento econômico.

A quarta força apresentada por Shrivastava e Hart (1998) realça a importância da educação ambiental, mola propulsora para conscientização sobre os problemas ocasionados pelos processos produtivos e o meio ambiente. Conscientizar a sociedade e, especificamente, os profissionais de administração de empresas, pressupõe a existência de perspectiva crítica na educação ambiental, perspectiva fundamental para gerar as transformações nas “relações sociais constituídas e constituintes” do meio de produção da sociedade, promotor de um “modelo de desenvolvimento claramente insustentável ambientalmente” (GUIMARÃES, 2006, p. 16-17).

4 SABER AMBIENTAL

Em 1975, foi realizada uma reunião mundial de especialistas em educação e foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental, de acordo com as recomendações da Conferência de Estocolmo de 1972, que definiu os seis objetivos indicativos da educação ambiental: (1) conscientização do meio ambiente global e dos problemas planetários que atingem a todos; (2) conhecimento sobre o meio ambiente e seus problemas; (3) comportamento de interesse em contribuir para proteção e qualidade ambiental; (4) competência para solução dos problemas; (5) capacidade de avaliação dos riscos ambientais; e (6) participação por meio do exercício dos direitos à qualidade ambiental (REIGOTA, 2004).

Em 1977, a Conferência Mundial sobre Educação Ambiental, celebrada em Tbilisi, concluiu a orientação de incorporar a dimensão ambiental em todo sistema educativo, numa perspectiva de interdisciplinaridade, ratificada pela Conferência Mundial sobre Educação e Formação Ambiental, de 1987, realizada em Moscou, e também, pela Agenda 21 emanada da ECO-92. No âmbito universitário, proclamou-se o compromisso em estimular e promover a incorporação dos aspectos ambientais nos currículos das carreiras universitárias tradicionais, com ênfase para os cursos de Direito, Economia, Medicina, Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Agronomia, bem como para as Ciências Biológicas, Humanas e Naturais (PNUMA, 1981).

No Brasil, a educação ambiental tem como foco a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências visando à conservação do meio ambiente. Deve desenvolver-se como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal e não deve constituir uma disciplina específica nos currículos dos cursos (BRASIL, 1999).

O processo de formação e conscientização ambiental deve gerar modificações nas atitudes e aquisições de novos enfoques e conhecimentos. A organização curricular dos cursos, por disciplinas, é reflexo de uma “visão de mundo disjunta que fragmenta o olhar e a compreensão sobre a realidade” (GUIMARÃES, 2006, p. 16) e a complexidade da problemática ambiental questiona essa fragmentação e compartimentalização de um saber disciplinar incapaz de explicar e resolver esta problemática.

A interdisciplinaridade entre as disciplinas tradicionais é indispensável para apreensão da complexidade dos problemas do ambiente e para formulação de suas soluções (UNESCO, 1980), mas o saber ambiental “é mais do que [...] a conjunção das diversas disciplinas para resolver um problema concreto”, ele se constitui a partir de uma nova consciência das relações entre desenvolvimento e meio ambiente fundada numa ética que “resiste à exploração, ao desperdício e à exaltação da produtividade como um fim em si mesma”, numa perspectiva social de solidariedade e de equidade em relação ao meio ambiente (LEFF, 2001, p. 210-211).

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é do tipo exploratória, desenvolvida com o objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 1991, p. 45) a partir de dados secundários: (1) publicações sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento e os problemas ambientais que afetam a sociedade, advindos do modelo de produção e consumo, e (2) organização curricular dos cursos de Administração de Empresas, em nível de graduação, disponível na Internet, em páginas eletrônicas das instituições de ensino superior que compõem a amostra.

Existem em funcionamento no Brasil 342 cursos de Administração de Empresas, em nível de graduação, em instituições de ensino superior estratificadas quanto às categorias administrativas em públicas, federais, estaduais e municipais, ou particulares; e quanto à organização acadêmica em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores, centros de educação tecnológica (INEP, 2007a). Estes cursos foram classificados pelo Exame Nacional de Cursos, segundo o desempenho do curso e sua posição em relação aos demais cursos da área, nas seguintes faixas: A-notas acima de um desvio-padrão da média geral; B-notas entre 0,5 (inclusive) e um desvio-padrão, acima da média geral; C-notas entre 0,5 desvio-padrão acima e 0,5 desvio-padrão abaixo da média geral; D-notas entre 0,5 (inclusive) e um desvio-padrão, abaixo da média geral; E-notas abaixo de um desvio padrão (inclusive) da média geral (INEP, 2007b). O Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) foi um exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, relativamente aos resultados do processo de ensino-aprendizagem. Em sua última edição, realizada em 2003, participaram do Exame mais de 470 mil formandos de 6,5 mil cursos de 26 áreas: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química (INEP, 2007c).

Destes selecionaram-se aqueles cursos avaliados com conceitos A e B (INEP, 2007d), totalizando 193 cursos, ou seja, 56% do universo e utilizou-se como parâmetro de análise a estrutura curricular desses cursos que, juntamente com a metodologia de ensino, o referencial bibliográfico e o processo de avaliação de ensino-aprendizagem compõem a prática pedagógica, elemento decisivo para consecução dos objetivos de formação dos profissionais. A análise da organização curricular dos cursos enfocou a existência de conteúdos que abordem aspectos relacionados à gestão ambiental, desenvolvimento sustentável, administração do meio ambiente, gestão socioambiental, ecologia e meio ambiente, responsabilidade social e ambiental, administração e sustentabilidade econômica e ambiental, qualidade e meio ambiente, gestão empresarial sustentável.

A amostra, por estrato, é composta por 34% de instituições públicas e 66% privadas. Das instituições de ensino superior públicas 17% são federais, 13% são estaduais e 4% são municipais. Quanto à organização acadêmica, 53% são universidades, 28% são faculdades, 12% são centros de educação tecnológica, 4% são faculdades integradas e 3% são institutos superiores.

6 O SABER AMBIENTAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA, EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO, DOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS

Qual a racionalidade predominante nos projetos pedagógicos dos cursos de formação, em nível de graduação, dos administradores de empresas, profissionais que comandam e controlam as organizações produtivas da sociedade?

A análise dos dados apresenta que 76% dos cursos de Administração de Empresas ministrados nas instituições de ensino superior brasileiras, classificados com conceitos A e B, não apresentam, na organização curricular, abordagens sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento e os problemas ambientais que afetam a sociedade. Destes cursos 57% são classificados com conceito A e 43% são classificados com conceito B. Relativamente à categoria administrativa das instituições de ensino superior 32% são públicas, 17% federais, 13% estaduais, 2% municipais; e 68% são instituições particulares.

Dos cursos de Administração de Empresas que contém em sua organização curricular conteúdos com esta abordagem, 13% a apresentam inserida em disciplinas de caráter optativo, e 11%, desses cursos, em disciplinas recentemente incluídas nos currículos, a partir do ano de 2003.

O projeto pedagógico e a organização curricular dos cursos de Graduação em Administração devem abordar inter-relações com a realidade nacional e internacional, sob “perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras” [...] visando à formação de profissional apto a “compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, e desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado” (BRASIL, 2005, p. 2), por meio de conteúdos distribuídos nos seguintes campos de formação:

(I)-Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

(II)-Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

(III)-Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração;

(IV) Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando. (BRASIL, 2005, p. 2-3).

Pode-se observar que não existem referências diretas, na lei que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração, à existência de conteúdos de formação concernentes à solução dos problemas advindos da relação das empresas com o meio ambiente. As tecnologias de comunicação e informação e as ciências jurídicas são enfatizadas nos conteúdos de formação básica, e os conteúdos de formação profissional e de estudos quantitativos caracterizam sua orientação por uma racionalidade predominantemente econômica. Os conteúdos de Formação Complementar fazem referência a ‘estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar’ mas não existe menção direta a abordagens relativas à problemática ambiental que afeta a sociedade.

Considerações finais

O processo de mudança em direção a relações mais equilibradas entre meio ambiente e desenvolvimento contempla defasagens entre os níveis de discurso no conjunto da população que se considera informada e formadora de opinião. A maioria está favorável, conforme os resultados apresentados pelo programa de pesquisas -O que o brasileiro pensa do meio ambiente- (CRESPO, 2001). No entanto, as práticas individuais estão aquém da consciência ambiental propagada nos discursos, e as organizações produtivas estão distantes de pautarem seu cotidiano pela racionalidade ambiental, considerando a redução de consumo, a substituição de matérias-primas, a reciclagem de materiais, a proteção de ecossistemas frágeis (VIOLA, 1991).

As diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em administração não parecem orientar para conteúdos fundados na racionalidade ambiental, o que se reflete nos

projetos pedagógicos e na organização curricular dos cursos baseados, predominantemente, na racionalidade econômica. Este aspecto converge para as características gerais das práticas das organizações produtivas e constitui-se em paradoxo entre o discurso da necessidade emergente de relações sustentáveis entre desenvolvimento e meio ambiente e o caráter dos conteúdos trabalhados nos cursos de formação superior de profissionais para o comando e controle das organizações produtivas

É necessário considerar que as necessárias transformações dos valores que caracterizam a racionalidade econômica, não serão apreendidas pelos cursos de formação superior, como único ou principal instrumento. Estes são parcelas de um amplo e contínuo processo de socialização e de reprodução social que se inicia na formação das crianças e jovens. Este processo deve embasar-se na compreensão do caráter integrado, interconectado, interdependente, das interações entre meio ambiente e desenvolvimento, condição determinante para que a sociedade implemente soluções de abrangência holística para os problemas decorrentes dos impactos ambientais causados pelas atividades produtivas (BOFF, 2004; LEFF, 2001; LEIS, 2004; MORIN, 2000; ODUM, 1985).

Por fim, ratifica-se a importância de construção e implementação de um modelo planetário de educação ambiental, contextualizado pelas especificidades culturais, sociais, econômicas das localidades, e abrangendo todos os níveis e modalidades da formação educacional, baseados nos objetivos indicativos da educação ambiental, definidos na Carta de Belgrado e nas recomendações da Conferência Mundial sobre Educação Ambiental de Tbilisi, como o caminho seguro para consecução das efetivas e duradouras transformações no quadro de valores e atitudes da sociedade, condição necessária para definição, que se apresenta emergente, de relações sustentáveis entre desenvolvimento e meio ambiente.

Referências

ANDRADE, R.; TACHIZAWA, T; CARVALHO, A. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARBIERI, J. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 29/03/2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CES nº 4/2005**, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=category§ionid=7&id=73&Itemid=206>>. Acesso em 28/03/2007.

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade da economia**: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CRESPO, S. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2001.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

- ELLIOTT, J. **An introduction to sustainable development: the developing world**. London: British Library, 1994.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUIMARÃES, M. **Armadilha paradigmática na educação ambiental**. In: LOUREIRO, C.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). **Educação Superior** - cursos e instituições, 2007a. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp>. Acesso em: 27/03/2007.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). **Educação Superior** - avaliação dos cursos de graduação, 2007b. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/avaliacao_cursos.stm>. Acesso em: 27/03/2007.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). **Educação Superior** - o que é o exame nacional de cursos, 2007c. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/superior/provao/>>. Acesso em: 27/03/2007.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). **Educação Superior** - o que é o exame nacional de cursos, 2007d. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/ENC_PROVAO/quadro_2003.zip>. Acesso em 27/03/2007.
- LAYRARGUES, P. **Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde**: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. Revista de Administração de Empresas, v. 40, n. 2, p. 80-88. São Paulo: FGV, abr./jun. 2000.
- _____. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira. Campinas, fev. 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000293110>>. Acesso em: 22/05/2006.
- LEFF, E. **Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales - Siglo XXI. México, 1994.
- _____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LEIS, H. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscoroba ediciones, 2004.
- LEIS, H. ; D'AMATO, J. **O ambientalismo como movimento vital**: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- _____. **Para una teoría de las prácticas del ambientalismo mundial**. Revista Theomai. Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo, primer semestre 2005, n. 11. Universidad Nacional de Quilmes. Quilmes. Argentina, 2005.
- LIMA, R. **Da crítica ao modelo de desenvolvimento à gestão dos problemas ambientais**: a relação entre teoria crítica e conhecimento científico no campo de pesquisa sobre as relações

- entre ambiente e sociedade no Brasil (1992-2002). GT Teoria e Ambiente. II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, mai. 2004.
- LOVELOCK, J. **As eras de Gaia**: a biografia de nossa terra viva. Rio de Janeiro, Campus, 1991.
- MAIMON, D. **Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras**: realidade ou discurso. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- MORAES, A. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar multidisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Discos CBS, 1985.
- PNUMA. **Resolução 9/20/A**, de maio de 1981. Disponível em: <<http://www.pnuma.org/educamb/index.php>>. Acesso em: 29/03/2007.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SCHMIDHEINY, S. **Uma observação pessoal**. In: _____. **Mudando o rumo**, Suíça, 1992.
- SHRIVASTAVA, P.; HART, S. **Por uma gestão ambiental total**. HSM Management, ano 2, n. 6, p. 92-96, jan./fev. 1998.
- SOFFIATI, A. **Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação**. In: LOUREIRO, C.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, M. **Instrumentos de gestão ambiental**: fundamentos e prática. São Carlos: Editora Riani Costa, 2000.
- SUCUPIRA,
- SUNKEL, O. **O marco histórico do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1973.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2004.
- UNESCO. **La educación ambiental**: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris: UNESCO, 1980.
- VEIGA, J. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.
- VERGARA, S.; BRANCO, P. **Empresa humanizada**: a organização necessária e possível. Revista de Administração de Empresas, v. 41, n. 2, p. 20-30, abr./jun. 2001.
- VINHA, V. **As empresas e o desenvolvimento sustentável**. In: MAY, P.; LUSTOSA, M.; VINHA, V. (orgs.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- VIOLA, E. **Entrevista**. In: CRESPO, S. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2001.
- WBCSD. World Business Council for Sustainable Development. **Innovation, experimentation, adaptation**. Annual review, 1999. Disponível em: <<http://www.wbcsd.org>>. Acesso em: 20/08/2006.

